

política

Projetos da prefeitura avançam na Câmara

Três propostas de Sebastião Melo (MDB) podem ser votadas amanhã

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

Os vereadores de Porto Alegre se reuniram na Câmara Municipal ontem para uma reunião conjunta das comissões da casa que liberou o pacote de projetos enviados pelo prefeito Sebastião Melo (MDB) para votação. Assim, a apreciação em plenário deverá ser realizada de forma extraordinária a partir das 14h de amanhã.

Dos projetos recebidos pelo Legislativo no início deste mês de janeiro, restam os três: o de mudanças no conselho do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae), de uma reforma administrativa, que cria, renomeia e extingue secretarias, e de extinção da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc). As propostas chegaram a entrar na pauta de votação, mas tiveram as suas apreciações adiadas devido a uma liminar que as suspendeu até que fossem realizadas audiências públicas para discussões.

Os debates exigidos judicialmente foram realizados na segunda-feira (20), de forma virtual. Pela manhã, foi discutido o projeto que propõe a mudança do conselho do Dmae de deliberativo para consultivo e altera sua composição. Entre manifestações favoráveis e contrárias, destacaram-se os argumentos de que a mudança daria maior agilidade nas ações da autarquia contra as de que as transformações retirariam a autonomia do órgão. Além disso, parlamentares de oposição ao governo Melo anteciparam debates sobre o projeto de concessão do Dmae, que deverá chegar à Câmara ainda neste ano.

Já pela noite um novo encon-



EDERSON NUNES/CMPPA/DIVULGAÇÃO/JC

Reunião na Câmara de Porto Alegre garantiu apreciação das matérias

tro foi pautado pela discussão dos outros dois projetos. Na ocasião, o futuro secretário-geral de governo, André Coronel, defendeu que há sobreposição de algumas pastas sobre outras e que a reforma administrativa irá trazer benefícios, especialmente para a área de assistência social. Afinal, com o fim da Fasc, as demandas da área deverão ser de competência da Secretaria Municipal de Assistência Social, que será criada caso o projeto seja aprovado.

De maneira geral, as críticas à proposta, feitas majoritariamente por parlamentares de oposição e representantes de en-

tidades ligadas à Fasc e à assistência social, foram reclamações em relação à urgência com a qual o projeto tramitou no Legislativo.

“O tamanho da pressão do governo não é condizente com o tamanho da responsabilidade para a manutenção dessas políticas públicas e para a qualificação do serviço. A política de assistência social em Porto Alegre está à míngua”, criticou a diretora do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) Cindi Sandri. Eles alegam que a sociedade não foi suficientemente ouvida para a construção da proposta, na qual enxergam lacunas.

Entenda a reforma administrativa proposta pelo Executivo da Capital

Reeleito no ano passado para comandar a prefeitura de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB) quer começar o segundo mandato arrumando a casa. Assim, propôs à Câmara Municipal uma reforma administrativa, na qual extingue algumas secretarias, cria outras e renomeia pastas já existentes. O projeto teve sua tramitação acelerada ao longo desta semana e está pronto para ser votado em plenário amanhã, durante sessão extraordinária do Legislativo.

Entre as novidades, está a Secretaria de Assistência Social, que absorverá as demandas da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), cuja extinção está prevista em outro projeto do pacote encaminhado por Melo ao Parlamento. Além disso, deverá ser criada uma Secretaria-Geral de Governo, que funcionará de maneira semelhante à Casa Civil dos governos estaduais e federais e será comandada pelo coordenador da campanha eleitoral do prefeito, André Coronel. “Isso vai dar uma condição de aliviar um pouco o gabinete do prefeito, para governar um pouco o governo”, justificou Melo à reportagem.

A Secretaria-Geral assumirá a responsabilidade de realizar a interlocução do Executivo e a Câmara Municipal. A pasta também absorverá a Defesa Civil, a Inovação e o Gabinete da Causa Animal.

Por outro lado, será extinta a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. As demandas da área ficarão por conta do já existente Departamento Municipal de Habitação (Demhab), cujo titular, André Machado, já foi nomeado. Outras áreas que deixarão de existir são as pastas extraordinárias do Trabalho e Qualificação Profissional e de Modernização e Gestão de Projetos.

Coronel considera que as mudanças eram necessárias, principalmente, para evitar o sobreposição de algumas pastas sobre outras. O governo acreditava que esse problema existia entre a Fasc e a Secretaria de Desenvolvimento Social que, com a reforma, será denominada Secretaria de Desenvolvimento Humano. O mesmo argumento foi utilizado para o Demhab e a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária.

“Por determinação do Melo, propomos uma série de mudanças administrativas para modernizar a dinâmica dos fluxos dos processos, das decisões e poder também otimizar recursos humanos e secretarias, buscando a eficiência do serviço municipal”, explicou Coronel. De acordo com ele, as mudanças objetivam também diminuir o tempo de tomada de decisão da prefeitura e ampliar a transversalidade entre as secretarias.

Mudanças em secretarias propostas:

Pastas criadas

- ▶ Secretaria Geral de Governo
- ▶ Secretaria Municipal de Assistência Social

Pastas extintas

- ▶ Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (Smharf)
- ▶ Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc)

- ▶ Secretaria Extraordinária do Trabalho e Qualificação Profissional
- ▶ Secretaria Extraordinária de Modernização e Gestão de Projetos

Pastas renomeadas

- ▶ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Eventos e Turismo (ex-

Desenvolvimento Econômico e Turismo)

- ▶ Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano (ex-Desenvolvimento Social)

- ▶ Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (ex-Planejamento e Assuntos Estratégicos)

- ▶ Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural (ex-Governança Local e Coordenação Política)

- ▶ Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (ex-Esporte, Lazer e Juventude)

- ▶ Secretaria Municipal da Cultura (ex-Cultura e Economia Criativa)

Ministro da Casa Civil deve visitar o RS para debater programa de dívidas com Leite

/ CONTAS

O ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), deve viajar ao Rio Grande do Sul na próxima semana para discutir com o governador Eduardo Leite (PSDB) a adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados

(Propag). A informação foi confirmada na manhã de ontem, durante uma ligação entre os representantes governamentais. De acordo com a assessoria de imprensa do Piratini, o governo federal estaria disposto a negociar com o governo gaúcho.

Leite estava disposto a aderir

ao Propag, que substituiria o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), caso ele seguisse o texto original aprovado pelo Congresso. Entretanto, quando o projeto foi sancionado, com vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o clima entre os entes federados mudou e o governo gaúcho passou a exercer

fortes críticas ao governo federal.

Além do governo gaúcho, outros governadores de estados adeptos ao RRF criticaram a redação final do Propag. O presidente Lula chegou a chamá-los de “ingratos” pelas críticas. Em resposta, Leite considerou a manifestação presidencial como “absolutamente

reprovável” e disse que o Estado estava sendo punido com os vetos.

A principal reclamação de Leite tem sido em relação à suspensão da dívida do Rio Grande do Sul com a União, prevista até 2027, em função da calamidade gerada pelas cheias que afetaram o Estado ao longo do mês de maio passado.